

Organização socioterritorial e mobilidade residencial na RM do Rio de Janeiro

Socio-territorial organization and residential mobility
in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro

Érica Tavares da Silva

Resumo

Este estudo se propõe a investigar tendências dos movimentos populacionais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, articulando-as às grandes transformações na organização social de seu território. A análise utiliza uma classificação por tipo da evolução socioespacial nas metrópoles que identificou as áreas segundo uma hierarquia ocupacional. Ao considerar a mobilidade residencial a partir desses tipos, o estudo investiga quais áreas têm se caracterizado por maior imigração e sob quais tipos de fluxos: núcleo-periferia; periferia-núcleo; periferia-periferia; intraestadual; interestadual. Os resultados mostram consideráveis diferenças na mobilidade espacial intrametropolitana conforme os tipos socioespaciais se modificam, aponta a relação entre os movimentos migratórios e os movimentos cotidianos para trabalho, revelando ainda que a segregação socioespacial está relacionada a uma segmentação da mobilidade.

Palavras-chave: organização socioespacial; mobilidade; migração.

Abstract

This article aims to investigate trends in population movements in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, linking them to major changes in the social organization of the territory. The analysis uses a classification by type of socio-spatial evolution in the metropolises that identified the areas according to an occupational hierarchy. Working with residential mobility, the study investigates which areas have been characterized by increased immigration, considering the types of movements (center-periphery, periphery-center, periphery-periphery, intrastate, interstate). The results show considerable differences in intrametropolitan spatial mobility according to the socio-spatial types. Furthermore, they reveal the relationship between migratory movements and daily commuting, and also disclose that socio-spatial segregation is related to the segmentation of mobility.

Keywords: socio-spatial organization; mobility; migration

Introdução

Este estudo se propõe a investigar as transformações na dinâmica populacional da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), reflexão esta que se insere num conjunto de estudos sobre as grandes tendências na organização social do território metropolitano brasileiro. A ideia geral é partir de uma classificação socioespacial já existente e estudada para algumas áreas metropolitanas, que elaborou uma categorização do espaço interno das metrópoles, além de uma compreensão de sua composição, especialmente em termos de estrutura sócio-ocupacional e das mudanças ocorridas entre 1991 e 2000. A pesquisa à qual fazemos referência está explicitada no relatório "Tendências na organização social do território das metrópoles 1991-2000",¹ que considerou que

[...] o perfil social de uma área apresenta-se como resultado das desigualdades econômicas e de poder entre as classes sociais, mas também exerce forte influência sobre as ações dos indivíduos ali residentes e dos demais agentes que atuam na metrópole. (Mammarella e Lago, 2009)

Como aproximação para expressar as desigualdades econômicas e diferenciação de classes sociais, temos trabalhado com a ocupação das pessoas para uma hierarquização social desses grupos que, por sua vez, contribui para a compreensão da organização espacial.

A análise do espaço metropolitano esteve considerando a divisão da metrópole entre espaços de inclusão/integração e espaços de

exclusão/fragmentação, que ficou evidente nos estudos sobre a relação centro-periferia nesta escala.

Na América Latina, esse padrão fragmentado/excludente tem sido pensado em contraposição ao padrão desigual/integrado – centro-periferia – consolidado nos estudos urbanos como expressão e até mesmo como explicação da dinâmica de organização interna do espaço metropolitano (Caldeira, 1997; Ribeiro e Lago, 1992). A concentração do emprego, da moradia das classes médias e superiores e dos equipamentos e serviços urbanos nas áreas centrais e, conseqüentemente, as enormes carências que marcam os espaços periféricos sustentaram, até os anos 80, a visão dual da metrópole, em que a periferia evidenciava a distância física e social entre as classes sociais. Essa distância foi um dos mecanismos utilizados pelas nossas elites para a reprodução de seu poder econômico e simbólico. (Mammarella e Lago, 2009)

Análises recentes sobre a organização socioeconômica do território metropolitano colocaram algumas evidências para a discussão desse modelo de organização. Observam-se indicativos de manutenção do modelo centro-periferia, entretanto, são constatadas simultaneamente algumas tendências de diversificação. Outra constatação é a importância de relativizar o centro e a periferia apenas como o município núcleo da região metropolitana e os demais municípios, pois essa diversificação aponta para alterações na escala de divisão social do território metropolitano, saindo da macro para a microescala. Há surgimento de categorias superiores na escala de hierarquização social em espaços considerados

populares, assim como aparecem/aumentam também territórios de favela ou concentração de pobreza em áreas mais elitizadas. Além disso, fatores históricos e políticos de cada região também parecem exercer influência nessa organização socioespacial. A diversificação do modelo núcleo-periferia vem ocorrendo em função dos efeitos combinados da segmentação dos mercados de trabalho, de moradias e da mobilidade urbana, destacando a estrutura de oferta dos transportes públicos (Observatório, 2009). Esses fatores têm operado conjuntamente na dinâmica de organização socioespacial, levando a uma complexidade crescente desse processo, em que há uma singularidade de fenômenos, ao invés de um processo macro e mais massificado como anteriormente.

Nesta introdução – apesar de traçarmos no trabalho um descrição analítica que considera também os municípios – fazemos referência ao estudo do qual partimos, uma vez que nosso principal interesse será a análise da mobilidade residencial segundo os grandes tipos socioespaciais. Portanto, essa tipologia elaborada considera as formas de acesso à moradia como fator explicativo das tendências observadas. Ao analisarem as tendências de segmentação socioespacial no território metropolitano, o objetivo das autoras foi

[...] refletir sobre os efeitos da segmentação socioespacial nas relações de classe, partindo dos pressupostos de que: (a) a concentração das classes dominantes no território é uma estratégia de poder, (b) a concentração dos operários no território pode ser uma estratégia de poder e (c) a homogeneidade social em territórios com múltiplas carências e abrigando os segmentos mais

vulneráveis é um fator de contenção das possibilidades de ação desses segmentos. (Mammarella e Lago, 2009)

Sobre a metodologia utilizada, a menor unidade espacial considerada foram as AEDs – Áreas de Expansão da Amostra –, unidades territoriais mínimas formadas através da reunião de setores censitários para disponibilização de microdados do Censo Demográfico de 2000; essa composição foi compatibilizada com a base de 1991. Para o núcleo da RMRJ, o município do Rio de Janeiro, os pesquisadores utilizaram um recorte espacial intraurbano que permitiu separar as favelas, portanto, em alguns casos são as AEDs, em outros são recortes que distinguem as favelas. Para a elaboração de uma hierarquia sócio-ocupacional e posterior tipologia dos espaços metropolitanos, consideraram-se 24 categorias sócio-ocupacionais chamadas de CATs² (reunidas em 8 grandes grupos), que foram cruzadas com as AEDs ou áreas homogêneas no Rio de Janeiro. Através de uma análise fatorial por correspondência da distribuição das categorias sócio-ocupacionais por cada uma das áreas, seguiu-se uma classificação hierárquica ascendente, chegando a diferentes agrupamentos de áreas com perfis semelhantes, que resultaram das distinções entre as estruturas ocupacionais e dos processos de organização social do espaço em cada metrópole.

A partir dos indicadores selecionados (perfil sócio-ocupacional; distribuição relativa das categorias; e índice de densidade), os grupos de áreas foram nomeados segundo suas principais características sócio-ocupacionais internas e segundo as diferenciações que apresentam entre si. Como resultado, todas

as regiões apresentaram uma hierarquia que definiu os tipos socioespaciais *superiores, médios, operários, populares e agrícolas*; esses tipos foram subdivididos de acordo com as especificidades internas de cada agrupamento em cada uma das regiões metropolitanas.³ Para este trabalho, consideramos apenas a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Partindo assim deste estudo, consideramos que há diversos processos que impactam essa organização socioespacial do território metropolitano apresentada, como a reestruturação produtiva, as transformações no mercado de trabalho e no mercado imobiliário, etc. Nosso objetivo é realizar uma abordagem que atente também para os aspectos demográficos, neste caso, os movimentos populacionais, como contribuição para o entendimento dessas mudanças socioespaciais, assim como para apreender diferenças entre as próprias áreas consideradas. É preciso ressaltar que estes aspectos se influenciam mutuamente.

Sendo assim, a partir do estudo relatado, na RMRJ foram identificados os tipos socioespaciais *superiores, médios, operários, populares e agrícolas* para 1991; já em 2000, não chegou a formar-se um grande tipo *agrícola*, ficando apenas os quatro primeiros. Para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), as autoras observaram que reduziram, consideravelmente, os espaços operários, mas ampliaram-se as áreas populares, em proporções semelhantes. A RMRJ em 1991 era predominantemente de tipos médio e operário,

passando a apresentar em 2000 delineamentos de tipos médio e popular.

O crescimento relativo tanto de áreas como de população nos tipos populares da metrópole fluminense revela que os pobres da metrópole não só concentraram sua moradia no espaço como ocuparam mais espaços em 2000. Ao mesmo tempo, o território dos tipos médios sofreu leve ampliação, mas com perda relativa de população. Como característica central, podemos dizer que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro não só se popularizou como foi a que mais se desproletarizou entre o conjunto das seis regiões consideradas, uma vez que registrou perda significativa tanto de áreas como de população no tipo operário. Comparando as duas maiores metrópoles do Brasil, observa-se, portanto, que tanto a paulista como a fluminense apresentaram diminuição dos espaços operários, mas, no Rio de Janeiro, a polarização social ficou mais acentuada. (Mammarella e Lago, 2009, p. 19)

Pela composição, é possível notar que as áreas superiores passaram a apresentar maior participação ainda das profissões com maior nível na hierarquia social, por sua vez, as áreas populares também apresentaram maior participação de população ocupada nas categorias do secundário e do terciário, do terciário não especializado também. Nosso objetivo é analisar as diferenças de movimentos na metrópole e para ela entre esses grandes tipos socioespaciais ante a própria dinâmica que ocorre no nível dos municípios.

Dinâmica populacional

Com a diminuição das taxas de mortalidade e fecundidade devido às transformações sociais, econômicas e culturais que ocorreram, especialmente a partir do acelerado processo de urbanização, muitas mudanças ocorreram no ritmo de crescimento populacional de todas as áreas do país, assim como na importância das componentes demográficas sobre a distribuição e o crescimento populacional entre os espaços – a mortalidade, a fecundidade e a migração. Com a redução especialmente das taxas de fecundidade, observamos uma tendência geral de diminuição do ritmo de crescimento populacional, que vai apresentando impacto diferenciado sobre os grupos demográficos de crianças, jovens, adultos e idosos; assim como segue apresentando comportamento diferenciado entre as regiões do país, e entre espaços internos nas próprias cidades e áreas metropolitanas. Com essa diminuição geral, os movimentos das pessoas a partir de uma mobilidade residencial vão se tornando um aspecto importante para determinar as mudanças na distribuição espacial da população, tanto na escala intrametropolitana como inter-regional – a migração passa a ser também uma componente essencial na identificação desses processos. Diante disso, vamos analisar essa dinâmica populacional entre os grandes tipos socioespaciais, mas considerando também indicadores para os municípios metropolitanos, primeiramente em termos de crescimento populacional, afinal essas mudanças de população podem ter reflexo imediato nos ritmos de crescimento da população.

Sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, podemos observar que ela em muito se diferencia das outras regiões do estado, uma vez que foram se concentrando em torno da capital – um núcleo econômico ativo e forte – vários municípios que cresciam e dependiam da metrópole, uma vez que estavam integrados a ela (Ervatti, 2003). Essa região concentra em torno de 80% da população do estado. Apesar disso, no seu conjunto, a RMRJ teve uma taxa de crescimento populacional, de 1991 para 2000, de 0,71% ao ano, bem abaixo da média nacional (1,63%); o Rio de Janeiro – capital – ficou com um crescimento semelhante – 0,74% ao ano, diminuindo ainda no período posterior, de 2000 a 2007 (Tabela 1). A Baixada Fluminense, que agrega os municípios limítrofes à capital e que se constituíram historicamente como sua extensão urbana, encontraram de 2000 a 2007 um crescimento menor do que o observado na década anterior. Dessa área, somente Duque de Caxias (1,67%) teve um ritmo de crescimento próximo à média nacional em 2000. As maiores taxas de crescimento são encontradas nos municípios configurados como novas “fronteiras” de expansão, que são Mangaratiba (3,72%) e Maricá (5,71%), mas que também vêm diminuindo nesse indicador. Em decréscimo populacional – exceto o caso de Nova Iguaçu (-3,74%), que teve seu território desmembrado para fazer surgirem outras cidades, e de Itaguaí (-3,51%) na mesma situação –, apenas Nilópolis revelou um decréscimo populacional de 0,31% ao ano. No outro lado da Baía de Guanabara, municípios de expansão urbana já consolidada continuam com um ritmo de crescimento considerável, apesar de não

ser tão expressivo como foi na década de 80, São Gonçalo cresceu 1,49% ao ano, enquanto que em Itaboraí a taxa foi de 1,58% ao ano (Observatório das Metrôpoles/Metrodata).

Apresentaremos indicadores de mobilidade tanto por municípios como por grandes tipos socioespaciais. Apenas para melhor entendimento, realizamos uma separação de municípios baseada em outros estudos realizados para a RMRJ, que consideraram condições de geração e apropriação de riqueza, mercado de trabalho e mobilidade populacional (Ruiz e Pereira, 2007; Ribeiro, Rodrigues e Corrêa, 2008; Ribeiro e Silva, 2008; Lago, 2008 e 2009).

A segmentação econômica e territorial na RMRJ revela uma concentração territorial da produção, da renda e do bem-estar individual e coletivo, que pode ser comparada com esta caracterização quanto à mobilidade da população (Ribeiro, Rodrigues e Correa, 2008). Segundo Ruiz e Pereira (2007), a segmentação econômica entre municípios geradores e apropriadores da renda pode ser identificada a partir dos seguintes tipos de situação: a primeira reuniria aqueles municípios onde a renda é maior do que o valor da produção gerada em seu território, configurando o caso de municípios apropriadores da renda pessoal; a segunda, o contrário, municípios que geram um valor de produção superior ao que se apropria da renda; por último, também temos situações mistas que reúnem aqueles municípios nos quais há uma situação mista na dualidade geração e apropriação da renda. O estudo tratou de identificar a estrutura socioeconômica da região metropolitana em termos da sua composição por cidades-renda, cidades-produção e cidades-mix.

A análise desenvolvida por Ribeiro, Rodrigues e Correa (2008) identifica os municípios-renda que concentram elevadas parcelas do bem-estar social e as atividades de alta qualificação, que são Rio de Janeiro e Niterói (primeiro bloco na tabela). Esses estudos identificaram também cidades mistas de natureza operária que apresentam melhores condições de vida populacional, com crescimento populacional negativo ou reduzido: Nilópolis, Duque de Caxias, São Gonçalo, Nova Iguaçu e São João do Meriti – esses municípios coincidem também com pesquisa desenvolvida por Lago (2008) que levanta uma reflexão sobre alterações na periferia da RMRJ, inclusive sobre as condições de uma nova relação centro-periferia.

Em seguida, os municípios-renda que apresentaram piores indicadores de bem-estar individual e coletivo foram Magé, Paracambi e Japeri. Já Queimados e Belford Roxo foram considerados municípios-produção, mas apresentaram dinâmica populacional semelhante a estes anteriores. Temos ainda Seropédica, Itaboraí, Itaguaí, Guapimirim e Tanguá, onde moram camadas populares e operárias e prevalecem níveis médios de condições pessoais e coletivas de vida; e outros municípios, como Mangaratiba e Maricá, que apresentam uma dinâmica populacional inclusive mais diferenciada com outras regiões do estado (algumas divisões não consideram que esses municípios fazem parte da região metropolitana)⁴ – apesar de este último grupo apresentar municípios-renda e produção, apresenta conjuntamente maior crescimento populacional e maiores taxas líquidas de migração, como também veremos mais a frente.

Diante do exposto, podemos apresentar uma compreensão em nível municipal da RMRJ entre os municípios-renda, que exercem maior centralidade na RMRJ; municípios de natureza mista entre apropriação e geração de riqueza que apresentam melhores condições de vida e uma diversificação social na periferia, chegando a exercer relativa centralidade na própria periferia; e outros municípios-renda e produção, que se dividem entre aqueles com dinâmica demográfica mais estável, com menores ritmos de crescimento, e outros com características diferenciadas especialmente em termos de crescimento populacional mais elevado. Ressaltamos que essa separação se dá apenas para facilitar a compreensão.

Mobilidade espacial

Quais são os fatores que o desenvolvimento econômico-social e a urbanização acarretam sobre os territórios que os tornam espaços de atração e/ou repulsão de pessoas? (especialmente se considerarmos que os movimentos populacionais são cada vez mais determinantes do crescimento e distribuição populacional no espaço). Geralmente, os aspectos relacionados a perspectivas de trabalho, oportunidades de melhores rendimentos e origem em regiões menos desenvolvidas são apontados como promotores de movimentos populacionais. Entretanto, essa visão parece incompleta e fundamentada na perspectiva de uma

Tabela 1 –RMRJ – Taxa de crescimento anual

Município	1991-2000	2000-2007
Rio de Janeiro	0,74	0,56
Niterói	0,58	0,45
Duque de Caxias	1,67	1,19
Nilópolis	-0,31	-0,01
Nova Iguaçu	-3,74	-1,46
São Gonçalo	1,49	1,08
São João do Meriti	0,60	0,46
Belford Roxo*	–	1,45
Japeri*	–	1,62
Magé	0,79	1,74
Paracambi	1,18	0,67
Queimados*	–	0,94
Guapimirim*	–	2,36
Itaboraí	1,58	2,03
Itaguaí	-3,51	2,18
Mangaratiba	3,72	2,33
Maricá	5,71	4,62
Seropédica*	–	1,51
Tanguá*	–	1,20

Fonte: Microdados do Censo de 2000 e Contagem de 2007.

* Os municípios que não apresentam dados foram emancipados de outros municípios metropolitanos a partir de 1990.

escolha estritamente racional por parte dos indivíduos quanto a relações custo/benefício sobre a mobilidade. Na atualidade, há um conjunto heterogêneo e complexo de fatores que impactam os movimentos populacionais ou mobilidade espacial – para a migração, que também abarca um movimento familiar, pode-se apontar, por exemplo, as perspectivas em relação à cidade, as possibilidades que a cidade apresenta.

Para a dinâmica demográfica, a distribuição espacial da população, os movimentos migratórios e os deslocamentos pendulares, torna-se relevante relacioná-los com as mudanças econômicas e sociais; afinal, como mostrado em outros trabalhos (Silva, 2009), ganham maiores contornos as diferenças nos padrões demográficos segundo áreas internas às metrópoles, juntamente com movimentos intraurbanos e intermunicipais.

Nesse contexto, os deslocamentos temporários se tornam mais que uma característica da vida metropolitana, passando mesmo a serem indicadores dessa articulação e do seu espaço de atividade. O deslocamento temporário é o movimento que ocorre para fins de trabalho ou estudo com retorno ao município de origem, o que chamamos de mobilidade ou deslocamento pendular, está geralmente ligado à expansão de uma determinada região que exerce uma influência em termos de centralidade, em boa parte das vezes, do mercado de trabalho. A mobilidade residencial e a mobilidade cotidiana têm relação direta com a mobilidade pendular; faz parte da distribuição espacial da população.

A migração é uma das componentes demográficas, juntamente com a mortalidade e a fecundidade. A mobilidade espacial assume

uma importância cada vez maior com as mudanças socioespaciais observadas no espaço urbano-metropolitano.

Os deslocamentos da população estão relacionados à produção da existência, onde a temporalidade social decorrente das condições econômicas e sociais se reflete nas condições de vida da população em cada contexto espacial e temporal. (Jardim e Ervatti, 2006)

A migração geralmente é considerada como movimentos que implicam mudança de residência, mas essa mudança pode ocorrer em distintas distâncias, inclusive por movimentos intraurbanos. Geralmente, os estudos consideram por migração a mudança de residência em nível municipal, os censos consideram três aspectos da migração: o lugar de nascimento; o lugar de residência anterior, segundo o tempo ininterrupto de residência atual; e o lugar de residência anterior há exatamente cinco anos antes da data de referência da pesquisa (IBGE, 2000). Para nossa reflexão aqui, estamos considerando essa última dimensão.

Já o movimento pendular é estudado essencialmente sob uma pergunta do censo que diz: “qual município ou país estrangeiro em que trabalha ou estuda?”, sendo assim, o movimento se refere às pessoas que se deslocam com certa regularidade para trabalhar ou estudar em algum município que não seja o seu de residência – não abrangendo também deslocamentos intramunicipais.

Trabalhamos primeiramente com a migração no nível do município, para depois considerarmos a participação dos imigrantes segundo os grandes tipos socioespaciais. Apesar dos problemas com desmembramentos

municipais, fica visível a perda populacional para o núcleo da região metropolitana, o Rio de Janeiro é o município que mais perde população por migração (apesar de em números absolutos ainda crescer), mas em termos proporcionais, a taxa líquida também mostra uma perda expressiva de Niterói, de 1986 para 1991 e mais ainda de 1995 para 2000 (Tabela 2). Com exceção de Nilópolis, os demais municípios apresentaram ganho populacional através da migração. Entre os demais com saldo positivo, com exceção de Mangaratiba e Maricá (que aumentaram sua taxa

líquida de migração entre os dois períodos), os municípios apresentaram uma diminuição dessa taxa. Os municípios de São João de Meriti (com taxa bastante reduzida de 0,81), São Gonçalo, Nova Iguaçu e Duque de Caxias apresentaram taxa positiva, entretanto, com valores mais reduzidos proporcionalmente em relação à sua população de mais de cinco anos, se comparados aos demais municípios abaixo, na Tabela 2.

O outro bloco de municípios, que são municípios-renda com indicadores mais inferiores de bem-estar individual e coletivo,

Tabela 2 – RMRJ – Indicadores de Migração (saldo e taxa), 1991 e 2000

Município	1991		2000	
	Saldo	Taxa	Saldo	Taxa
Rio de Janeiro	-215.921	-4,28	-154.611	-2,86
Niterói	-9.606	-2,38	-12.619	-2,94
Duque de Caxias	10.700	1,79	9.605	1,38
Nilópolis	4.173	2,90	-3.036	-2,15
Nova Iguaçu	33.846	2,91	22.004	2,65
São Gonçalo	30.190	4,25	1.413	2,01
São João do Meriti	9.349	2,44	3.296	0,81
Belford Roxo*	–	–	19.554	5,03
Japeri*	–	–	4.269	5,76
Magé	9.821	5,76	9.767	5,28
Paracambi	1.515	4,58	598	1,61
Queimados*	–	–	3.169	2,90
Guapimirim*	–	–	4.783	13,98
Itaboraí	19.064	13,07	19.509	11,53
Itaguaí	7.109	7,05	4.144	5,63
Mangaratiba	1.611	10,01	3.585	15,87
Maricá	5.486	13,03	13.720	19,51
Seropédica*	–	–	6.624	11,26
Tanguá*	–	–	2.412	10,25

Fonte: Microdados Censos Demográficos de 1991 e 2000.

* Os municípios que não apresentam dados foram emancipados de outros municípios metropolitanos a partir de 1990, portanto, não constavam como município de residência anterior para 1986.

apresenta também saldo positivo e taxa líquida de migração maior, atraindo proporcionalmente mais população (exceção para Paracambi, com taxa menor nesse grupo). Os demais municípios do último bloco, que são municípios em expansão e apresentam uma dinâmica demográfica diferenciada em relação aos outros municípios da periferia, tiveram taxas bastante elevadas, revelando uma atração bastante considerável.

Portanto, podemos observar que a divisão que realizamos no início do trabalho, considerando condições de geração e apropriação de riqueza dos municípios e condições de bem-estar, tem relação com a mobilidade populacional, pois os municípios-renda estão perdendo população; os municípios-mix estão recebendo população, mas não na mesma medida que os demais municípios, que estão atraindo mais pessoas. Cabem, assim, maiores investigações sobre esse movimento, especialmente quais são suas origens.

Considerando a migração por origens e segundo a tipologia socioespacial, calculamos a taxa de migração (por mil devido ao número de pessoas) em cada espaço e segundo o tipo de fluxo realizado, em 1991 e em 2000. Em 1991, a taxa de migração (coluna referente ao total na Tabela 3) foi maior nas áreas populares, em 2000 também. Analisamos primeiramente os movimentos intrametropolitanos.

Quanto ao tipo de fluxo realizado para os imigrantes recentes na RMRJ, de 1986 para 1991 e de 1995 para 2000, entre os que saíram do núcleo para a periferia – um movimento intrametropolitano recorrente nas últimas décadas (cf. Silva e Rodrigues, 2009) – há uma maior taxa de migração nas áreas populares. Em 1991, a participação de imigrantes (por mil

pessoas com mais de cinco anos) vai aumentando conforme diminui a posição das áreas na hierarquia socioespacial;⁵ Niterói é que se destaca com as áreas superiores, à exceção do núcleo – município do Rio de Janeiro –, por isso estamos considerando esses municípios-renda conjuntamente.⁶ Já em 2000, há uma participação um pouco maior dos imigrantes núcleo-periferia nas áreas superiores e médias; nas áreas operárias diminui e nas áreas populares permanece semelhante – com maior taxa de migração para esse tipo de fluxo.

Para o movimento realizado da periferia para o núcleo, os valores são mais reduzidos, mas a posição fica inversa, uma vez que diminui a participação dos que saíram da periferia para o núcleo, conforme diminui a posição na hierarquia, ou seja, entre aqueles que saem da periferia e vão morar no Rio de Janeiro (movimento menos comum) há maior participação nas áreas superiores, lembramos que essa taxa é a proporção de imigrantes que fizeram esse movimento em relação à população de mais de cinco anos. De 1991 para 2000, essas taxas aumentam ligeiramente.

Já entre os que realizaram movimentos na própria periferia, o comportamento é semelhante entre os que saíram do núcleo para a periferia (apenas com valores um pouco menores) – vai aumentando a participação de imigrantes conforme diminui a posição na hierarquia socioespacial. Portanto, podemos notar que os movimentos que envolvem a periferia, os migrantes apresentam maior participação em relação à população nas áreas operárias e mais ainda nas áreas populares (que também predominam na periferia), em 2000, essa participação também aumenta, ou seja, há um maior movimento em direção à periferia.

Considerando agora movimentos para além da região metropolitana, para aqueles que tiveram como origem do movimento o próprio estado do Rio de Janeiro (com exceção da RMRJ), as participações são maiores, tanto nas áreas superiores como nas populares – podendo expressar na verdade dois tipos de movimento em direção à região metropolitana com origem nos demais municípios do estado – aqueles que apresentam condições de residir em espaços superiores e aqueles que vão residir em áreas populares.

Há uma participação considerável entre aqueles que realizaram movimento interestadual, ou seja, pessoas que vieram de outras UFs e estão residindo na RMRJ, o que aumentou em 2000; além disso, a taxa para esse tipo de fluxo é bem maior nas áreas superiores. Em outros trabalhos (Silva, 2009), mostramos que a participação de imigrantes nordestinos ainda é elevada nesse movimento, apesar de terem ocorrido alterações nas características

socioeconômicas desses imigrantes – o que podemos constatar por sua maior participação nas áreas superiores.

Primeiramente, podemos concluir que as condições de mobilidade operam distintamente, conforme a origem e o destino do movimento e provavelmente conforme as condições socioeconômicas das pessoas e dos lugares. Primeiro, nos movimentos intrametropolitanos, destaca-se o destino para a periferia, mas essa periferia apresenta-se bastante diversificada, onde podemos perceber que há um movimento mais expressivo para áreas populares na periferia – em termos de proporção de imigrantes sobre a população das áreas. Na RMRJ, ainda há uma participação considerável de imigrantes que não vêm da própria região, entre estes, os valores são mais elevados nos dois extremos da hierarquia socioespacial – nas áreas superiores e populares. Para os imigrantes que vieram de fora do estado, há uma maior concentração no município do Rio de Janeiro.

Tabela 3 – RMRJ: Taxa de Imigração (por mil) segundo Tipo Socioespacial 1991 e 2000

Tipos socioespaciais	Núcleo-Periferia	Periferia-Núcleo	Periferia-Periferia	Intra-estadual	Inter-estadual	Total
1991						
Superior	3,9	4,3	2,5	19,9	25,2	55,8
Médio	5,0	3,6	4,1	8,3	9,6	30,5
Operário	15,6	1,7	11,7	8,1	9,7	45,8
Popular	22,4	1,2	20,3	12,9	10,3	67,2
2000						
Superior	6,4	4,9	4,5	9,8	45,3	70,8
Médio	6,3	4,8	7,0	3,5	21,7	43,3
Operário	12,5	2,9	12,4	3,1	22,6	53,4
Popular	22,3	1,4	24,6	5,6	30,0	84,0

Fonte: Microdados Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Sobre o deslocamento temporário, vamos considerar o Censo Demográfico de 1980, pois a pergunta sobre “município de trabalho ou estudo” não ocorreu no Censo de 1991; para o Censo de 1980, não temos a tipologia, trabalhamos assim apenas no nível do município, mas, em 2000, consideraremos a mobilidade segundo os grandes tipos.

A primeira constatação também comum em outras áreas metropolitanas é a forte imobilidade no município-núcleo, com pouca saída de pessoas para trabalhar em outro município, a maior parte reside e trabalha no Rio de Janeiro. Niterói apresenta um mix de mobilidade, de onde saem muitas pessoas para trabalhar (geralmente para o Rio, cf. Silva, 2009) assim como a cidade recebe também muitos trabalhadores, inclusive o percentual de entrada aumenta de 1980 para 2000 (47,1% de pessoas que vinham de outro município apenas para trabalhar em relação à população total que só trabalha). Em 1980, municípios da Baixada Fluminense apresentavam altíssimas taxas de repulsão, muitas pessoas saíam para trabalhar em outro município, especialmente no Rio de Janeiro – inclusive durante bastante tempo esses indicadores contribuíram para a reflexão a respeito das cidades-dormitório. Já em 2000, essa saída se torna mais suavizada, apesar de ainda expressiva, apresenta algumas alterações com maior percentual de pessoas que residiam e trabalhavam nesses municípios que sempre foram considerados periféricos; além disso, eles passam também a atrair população especialmente da própria periferia. Para os demais municípios, Magé, Paracambi e Itaguaí diminuem a proporção de trabalhadores que saem, enquanto Itaboraí, Mangaratiba e Maricá aumentam. Os municípios que se

emanciparam nos anos 90 também apresentavam expressiva saída de pessoas em 2000, provavelmente boa parte desse movimento deveria ocorrer em direção ao município do qual foi desmembrado.

Trabalhos recentes sobre a região metropolitana do Rio de Janeiro, como os de Lago (2008; 2009), mostram que alguns municípios estão apresentando uma maior “retenção” de sua população, pois em relação a 1980 há uma menor proporção de pessoas que saem para trabalhar em outro município, especialmente o núcleo metropolitano – isso indica que é importante considerar também a imobilidade em alguns municípios que, para alguns autores, estariam despontando como “novos centros” na região metropolitana. Em trabalhos anteriores (Ribeiro e Silva, 2008; Silva, 2009), mostramos que, apesar disso, as condições no nível do indivíduo são melhores para aqueles que ainda saem da periferia para trabalhar no núcleo, em relação aos que ficam – o que revela a complexidade dessa análise sobre moradia e padrões de mobilidade espacial.

A taxa de mobilidade (saída de pessoas) segundo tipo socioespacial e fluxos também revela algumas distinções, no geral, aumenta a saída de pessoas para trabalhar em outro município conforme diminui a posição na hierarquia socioespacial (Tabela 5). Também aqui os movimentos que se destinam à periferia seguem esse padrão geral, até porque são predominantes. Para aqueles que saem do núcleo para trabalhar e/ou estudar na periferia (menores proporções), aumenta a taxa de saída conforme aumenta a posição. Para os movimentos que ultrapassam a RMRJ, também se podem observar diferenciais nas áreas superiores e populares, que apresentam maior saída.

Tabela 4 – RMRJ – Movimento Pendular para Trabalho – 1980 e 2000

Município	1980			2000		
	Saída do município	Entrada no município	Reside e trabalha no município	Saída do município	Entrada no município	Reside e trabalha no município
Rio de Janeiro	1,0	11,5	99,0	1,5	22,0	98,5
Niterói	29,3	21,3	70,2	27,1	47,1	72,4
Duque de Caxias	50,5	4,7	50,7	35,2	11,4	65,6
Nilópolis	65,6	5,6	35,2	52,4	13,0	48,8
Nova Iguaçu	56,8	1,0	44,7	40,5	6,8	60,6
São Gonçalo	50,5	1,6	49,6	39,6	4,4	60,8
São João do Meriti	67,1	2,7	33,5	50,8	8,3	50,1
Belford Roxo*	–	–	–	52,1	4,8	49,3
Japeri*	–	–	–	57,3	3,5	44,8
Magé	35,5	1,0	65,3	34,7	3,5	66,1
Paracambi	28,2	2,8	73,7	21,2	8,5	79,6
Queimados*	–	–	–	47,4	8,6	54,2
Guapimirim*	–	–	–	24,0	5,7	76,6
Itaboraí	33,5	1,4	67,1	38,1	5,8	62,8
Itaguaí	25,0	3,4	75,9	22,3	12,9	78,1
Mangaratiba	8,9	6,6	90,5	11,1	22,7	89,8
Maricá	17,9	1,6	82,2	21,8	5,2	78,2
Seropédica*	–	–	–	28,8	6,3	72,4
Tanguá*	–	–	–	33,4	5,6	67,6

Fonte: Microdados Censos Demográficos de 1980 e 2000.

* Os municípios emancipados de outros municípios metropolitanos a partir de 1990.

Tabela 5 – RMRJ – Taxa de Mobilidade (por mil) segundo Tipo Socioespacial 2000

Tipos socioespaciais	Núcleo-Periferia	Periferia-Núcleo	Periferia-Periferia	Intra-estadual	Inter-estadual	Total
Superior	4,3	25,2	4,5	2,8	4,7	41,5
Médio	4,6	26,3	13,1	1,5	2,9	48,4
Operário	2,6	58,4	21,0	1,3	4,7	88,0
Popular	0,7	61,8	29,6	2,6	6,9	101,6

Fonte: Microdados Censo Demográfico de 2000.

Se observarmos a proporção de pessoas que realizam movimento pendular por AED e segundo o tipo socioespacial dessa área, também podemos apreender algumas diferenças. No Rio de Janeiro, a imobilidade é expressiva, pois a maior parte das áreas não chega a ter 1% de pendulares, entretanto, aquelas que apresentam uma participação mais considerável de pendulares são áreas médias, operárias e especialmente superiores. Em algumas áreas médias e operárias de outros municípios, como Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Nilópolis e São João de Meriti (aqueles cinco municípios mix com condições médias de vida que destacamos anteriormente e que Lago também destaca), também há uma proporção maior de pendulares. Apesar disso, também há um percentual considerável de pendulares em alguns espaços populares na periferia.

Isso nos leva a retomar uma hipótese, que ainda pretendemos explorar mais, de que existem lógicas diferenciadas operando sobre a mobilidade espacial, alguns se movimentam por terem condições de escolha, uma gama de opções, nas quais a mobilidade pode se apresentar como uma alternativa interessante. Talvez um outro grupo se movimente por constrição, pela busca de oportunidades de emprego ou estudo quando não encontra próximo ao local de residência ou quando não tem condições de inserção caso haja. Além disso, temos a hipótese também que as condições

socioeconômicas operam distintamente no nível do território e no nível do indivíduo, pois apesar de estarem relacionados, observamos que municípios e áreas com melhores condições socioeconômicas e de inserção no mercado de trabalho tendem a ter menores taxas de saída de pessoas, ao contrário, pessoas com melhores condições socioeconômicas (como rendimento e escolaridade) parecem ter maior potencial de mover-se – ou de escolher quanto a fazê-lo ou não (Silva, 2009).

Buscando relacionar a migração intrametropolitana, que foi considerada anteriormente, com o movimento pendular intrametropolitano, cruzamos o município de origem da migração com o município de destino do movimento pendular. A ideia é tentar apreender se aqueles que mudaram de residência passaram a trabalhar em outro município também ou se permaneceram trabalhando no município do qual saíram, passando a ter que se deslocar com frequência. Na RMRJ, podemos observar que, já em 1980, entre aqueles que saíram do Rio de Janeiro e foram morar em outro município da RMRJ, 64,4% deslocavam-se para trabalhar no Rio, já em 2000, temos que mais de 50% ainda faziam esse movimento. Para os demais tipos de fluxos, o percentual de imigrantes que trabalhavam no município de origem da migração⁷ aumenta razoavelmente de 1980 para 2000, entretanto, para o movimento núcleo-periferia, apesar da diminuição, essa taxa permanece bem mais expressiva.

Tabela 6 – RMRJ – Taxa de deslocamento para trabalho no município de origem da migração – 1980 e 2000

Tipo de fluxo	1980	2000
Núcleo-periferia	64,4	51,2
Periferia-núcleo	5,6	7,4
Periferia-periferia	17,8	19,0
Total	19,3	15,1

Fonte: Microdados Censos Demográficos de 1980 e 2000.

Percebe-se então que, apesar de estar ocorrendo uma “certa” dispersão residencial, esse olhar deve ser mais cuidadoso ao analisar inserção ocupacional e postos de trabalho na RMRJ, essa observação vale para outras regiões metropolitanas também (cf. Silva e Rodrigues, 2009). Segundo estudo de Vignoli (2008), avaliando a distribuição desigual no território metropolitano dos grupos socioeconômicos, é possível descrever padrões de mobilidade segundo essa diferenciação social. Para o autor, há uma segmentação territorial na localização das pessoas segundo grupos sócio-ocupacionais, e que, além disso, há uma segmentação na localização dos postos de trabalho.

Considerações finais

Neste trabalho, procuramos delinear algumas mudanças ocorridas na organização socioespacial do território da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, buscando associá-las com os movimentos populacionais e os deslocamentos temporários. Associada a uma análise

das áreas superiores, médias, operárias e populares, realizou-se também uma análise em nível municipal, considerando os municípios-renda, que exercem maior centralidade na RMRJ (Niterói, Rio de Janeiro); municípios de natureza mista entre apropriação e geração de riqueza que apresentam melhores condições de vida e uma diversificação social na periferia, chegando a exercer relativa centralidade na própria periferia (Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti e São Gonçalo); e outros municípios-renda e produção, que se dividem entre aqueles com dinâmica demográfica mais estável, com menores ritmos de crescimento, e outros com características diferenciadas, especialmente em termos de crescimento populacional mais elevado.

Tanto em 1991 como em 2000, as diferenças entre estes grupos de municípios e entre as áreas superiores, médias, operárias e populares são consideráveis. Para a mobilidade espacial, pode-se notar que a divisão realizada apenas para melhor compreensão dos municípios, considerando condições de geração e apropriação de riqueza dos municípios e condições de bem-estar, tem relação com a

mobilidade populacional, pois os municípios-renda estão perdendo população; os municípios-mix estão recebendo população, mas não na mesma medida que os demais municípios, que estão atraindo mais pessoas.

Na migração intrametropolitana, os movimentos que envolvem a periferia apresentam maior participação em relação à população nas áreas operárias e mais ainda nas áreas populares (que também predominam na periferia), em 2000, essa participação também aumenta, ou seja, há um maior movimento em direção à periferia. Quanto ao movimento com outros municípios do estado, as participações são maiores, tanto nas áreas superiores como nas populares, o que nos faz sugerir a hipótese de mobilidade socialmente diferenciada, apesar do fluxo semelhante, onde alguns escolhem se mover, outros podem ser constrangidos a fazê-lo. Sendo assim, as condições de mobilidade operam

distintamente conforme a origem e o destino do movimento e, provavelmente, conforme as condições socioeconômicas das pessoas e dos lugares. Para os imigrantes que vieram de fora do estado, há uma maior concentração no município do Rio de Janeiro. Além disso, apesar de estarem ocorrendo movimentos de pessoas e famílias com origem nas áreas centrais, muitas dessas pessoas foram residir fora do núcleo, por exemplo, mas ainda permanecem trabalhando nesse espaço.

De maneira geral, é possível confirmar que existem relações entre a organização do território baseada em uma categorização socioocupacional com a dinâmica populacional em espaços internos à área metropolitana. Para a mobilidade, podemos também sugerir que há esquemas diferentes operando sobre os grupos em movimento, que devem considerar tanto o nível do território quanto as condições do indivíduo.

Érica Tavares da Silva

Cientista social e Demógrafa, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil).
ericatavs@hotmail.com

Notas

- (1) Estudo desenvolvido por Mammarella e Lago (2009), como resultado das pesquisas desenvolvidas pelo Observatório das Metrópoles-INCT sobre a organização socioespacial nas metrópoles brasileiras.
- (2) São estes os grupos: 1) Dirigentes: grandes empregadores, dirigentes do setor público, dirigentes do setor privado; 2) Intelectuais: profissionais autônomos de nível superior, profissionais empregados de nível superior, profissionais estatutários de nível superior, professores de nível

superior; 3) Pequenos empregadores; 4) Ocupações médias: ocupações de escritório, ocupações de supervisão, ocupações técnicas, ocupações de saúde e educação, ocupações de segurança, justiça e correio, ocupações artísticas e similares; 5) Trabalhadores do Terciário: trabalhadores do comércio, prestadores de serviços especializados; 6) Trabalhadores do Secundário: trabalhadores manuais da indústria moderna, trabalhadores manuais da indústria tradicional, trabalhadores manuais de serviços auxiliares, trabalhadores manuais da construção civil; 7) Trabalhadores do Terciário Não Especializado: prestadores de serviços não especializados, empregados domésticos, ambulantes e biscateiros; 8) Agricultores.

- (3) Segundo as autoras, “uma caracterização ampla de cada um dos tipos socioespaciais acima referidos, levando em conta o perfil sócio-ocupacional predominante em cada agrupamento, significa, basicamente, que: as áreas de tipos “superiores” se definem pelas maiores densidades das categorias dos dirigentes e dos profissionais de nível superior, sendo que, em alguns casos, os pequenos empregadores e as ocupações médias dividem importância com elas. As áreas de tipo “médio” são marcadas por uma forte presença das ocupações médias, muito embora elas não se encontrem tão concentradas num determinado tipo como as demais categorias, uma vez que uma das características dos estratos médios é a sua maior dispersão residencial no território. Essa dispersão revela misturas sociais variadas, seja com as categorias de profissionais, seja com as ocupações terciárias ou secundárias. Já as áreas de tipos “operários” definem os espaços onde a moradia dos trabalhadores do setor secundário da economia têm significado estatístico relevante. Quando a moradia dos operários se mistura socialmente no território, isso ocorre, via de regra, com os setores populares, representados pelos trabalhadores manuais pouco qualificados, da construção civil e do terciário não especializado. Estes últimos, por sua vez, se constituem nas categorias definidoras das áreas de tipo “populares”, enquanto as áreas de tipos “agrícolas”, minoritárias em todas as regiões metropolitanas e localizadas em zonas onde a produção primária ainda é muito significativa, se definem, essencialmente, pelas densidades excessivamente elevadas de trabalhadores ligados ao mundo agrícola” (cf. Mammarella e Lago, 2009).
- (4) O estudo citado de Ribeiro, Rodrigues e Correa (2008) não trabalha com os municípios de Mangaratiba e Maricá, pois partem do estudo dos GEUBs (Ruiz e Pereira, 2007).
- (5) É preciso ressaltar que as áreas superiores e médias têm menor expressividade na periferia, esses valores também se justificam pela própria composição das áreas na periferia, mas ressaltamos que aqui estamos considerando em termos de taxa, o que relativiza essa ocorrência. Em 2000, exceto Rio de Janeiro e Niterói, há apenas uma área de tipo superior no Centro de Nova Iguaçu; quanto às áreas médias, aparecem em Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo e Nilópolis (há apenas uma área média em cada um dos municípios a seguir: São João de Meriti, Maricá e Itaboraí). Todas as demais AEDs da RMRJ foram operárias ou populares em 2000.
- (6) Há alguma discussão, que merece ser explorada, sobre estudos que devam considerar Niterói juntamente com o Rio de Janeiro, em termos de núcleo ou centralidade principal na RMRJ.
- (7) Proporção de imigrantes intrametropolitanos que realizam movimento pendular para trabalho no município de origem da migração sobre o total de imigrantes intrametropolitanos.

Referências

- ERVATTI, L. R. (2003). *Dinâmica Migratória no Estado do Rio de Janeiro na Década de 90: Uma Análise Mesorregional*. Dissertação de Mestrado. IBGE/ENCE.
- IBGE (2000). Censo Demográfico – 2000 – Migração e deslocamento: resultados da amostra. Rio de Janeiro.
- JARDIM, A. de P. e ERVATTI, L. R. ((2006). Migração pendular intrametropolitana no Rio de Janeiro: a condição de renda das pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência em 1980 e 2000. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais.
- LAGO, L. C. (2008). “O mercado de trabalho na metrópole do Rio de Janeiro: a ‘periferia’ que virou ‘centro’”. *Anais do Encontro da ABEP*.
- _____ (2009). “A periferia metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena”. Congresso da LASA, 2009.
- MAMMARELLA, R. e LAGO, L. C. (2009). “Tendências na organização social do território das metrópoles no período 1991-2000”. Relatório final de Projeto do Observatório das Metrópoles-Instituto do Milênio.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2008). “Informações Básicas das Regiões Metropolitanas”. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/metrodata/ibrm/index.html>>. Acessado em 12/9/2008.
- _____ (2009). Projeto “Observatório das Metrópoles: território, coesão social e governança democrática” – Relatório final, junho.
- _____ (2009). Projeto “Observatório das Metrópoles: território, coesão social e governança democrática”. Relatório final.
- RANDOLPH, R. e GOMES, P. H. (2007). “Urbanização, movimento pendular e migração: surgem novas territorialidades em áreas perimetropolitanas? O caso do Rio de Janeiro”. *Anais do V Encontro Nacional sobre Migrações*. Campinas, ABEP, outubro.
- RIBEIRO, L. C. de Q. (2008). “Para onde vão as cidades brasileiras?”. In: VELLOSO, J. P. dos R. *O amor em tempos de desamor e o enigma: o Brasil tem jeito?*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- RIBEIRO, L. C. de Q. e SILVA, E. T. (2008). “Movimento pendular e tendências da reconfiguração socioespacial”. Trabalho apresentado na XIV Semana de Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ.
- RIBEIRO, L. C. de Q.; RODRIGUES, J. M. e CORREA, F. de S. (2008). “Segregação e Segmentação Urbana e Mercado de Trabalho: Estudo a partir da metrópole do Rio de Janeiro”. Observatório das Metrópoles – Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro.
- RIGOTTI, J. I. R. (2008). “A (re) distribuição espacial da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização”. 32º Encontro Anual da Anpocs.
- RUIZ, R. M. e PEREIRA, F. B. (2007). “Estrutura e Dinâmica Espaço-Temporal das Metrópoles Brasileiras”. Observatório das Metrópoles – Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro.

- SILVA, E. T. (2009). "Migração e pendularidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: uma análise socioespacial da mobilidade". Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional da ANPUR – Florianópolis/SC.
- SILVA, E. T. e RODRIGUES, J. M. (2009). "Mobilidade Espacial nas Metrôpoles Brasileiras: Complexidade do Espaço Urbano". Trabalho apresentado na Mesa "Dinámicas Demográficas y Configuración del Territorio" do VIII Seminario de Investigación Urbana y Regional – Bogotá/Colômbia.
- VIGNOLI, J. R. (2008). "Segregación residencial sociolaboral (SRS) y sus relaciones con la migración y la movilidad intrametropolitanas en cuatro aglomerados urbanos de América Latina. Los casos de Ciudad de México, Santiago de Chile, São Paulo y Rio de Janeiro en el decenio de 1990". Texto apresentado no Workshop "Spatial Segregation and the Labor Market", University of Texas-Austin.

Texto recebido em 20/dez/2009
Texto aprovado em 15/mar/2010